



Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher
Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro
Oficina de Trabalho Descentralizada para Gestores Municipais:

Políticas Públicas: Perspectivas e Desafios para Integrar Ações e Reduzir Desigualdades

Executor: IBAM/SEASDH

Patrocínio: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Coordenação: Delaine Martins Costa

Facilitadoras: Adriana Mota e Daise Rosas da Natividade

Assessoria: Silvanice Santos e Vilnia Batista Lira

Exposição Dialogada
Integração das Políticas Públicas: Desafios para Assistência Social e Direitos Humanos



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

- Direitos Humanos são princípios, normas e valores universalmente reconhecidos como fundamentais para a existência e a coexistência humanas. Sua aceitação decorre da compreensão de que Direitos Humanos baseiam-se na igualdade de todos os seres humanos e na dignidade do ser humano.
- São considerados direitos fundamentais porque são os mais importantes. Eles são a base de toda e qualquer sociedade que se pretenda justa e igualitária.
- Os Direitos Humanos são construídos e reconstruídos histórica e socialmente e devem ser assegurados universal e indiscriminadamente a todos e todas.



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Características dos Direitos Humanos:

- Sua **historicidade**, uma vez que se desenvolvem paulatinamente, como “um construto humano” (Arendt: 1989) em contextos histórico-sociais com particularidades de cada processo histórico;
- Sua **integralidade**, isto é, que sejam assegurados de forma integral em todas essas dimensões;
- Sua **indivisibilidade**, propondo que não exista fragmentação dos direitos, uma vez que são interdependentes e a violação de um gera violação de outros;
- Sua **universalidade**, visando que sejam universais a todas às pessoas, de forma indiscriminada.



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Dimensão dos Direitos Humanos:

- **Direitos civis** - direito à igualdade perante a lei; a um julgamento justo; à liberdade de opinião; entre outros;
- **Direitos políticos** - direito à liberdade de reunião e de associação; de votar e de ser votado; de pertencer a um partido político; de participar de um movimento social, entre outros;
- **Direitos econômicos** - direito ao acesso à riqueza socialmente produzida;



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Dimensão dos Direitos Humanos:

- Direitos sociais - direito à justiça social através do acesso a serviços, bens e equipamentos sociais capazes de formar um (a) cidadão (ã) ativo;
- Direitos culturais - o direito ao acesso a bens, equipamentos e serviços culturais, bem como à liberdade de produção e de manifestação cultural;
- Direitos ambientais - o direito a usufruir sustentavelmente do meio ambiente, sem sofrer com a degradação ambiental socialmente produzida.



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Marcos Nacionais e Internacionais:

1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos

1948 – Convenção contra o Genocídio

1949 – Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição por Outros

1950 – Convenção Européia de Defesa dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais

1951 – Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados

1956 – Convenção Complementar sobre Abolição da Escravidão

1965 – Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial

1966 – Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

1976 – Pacto Internacional Relativo aos Direitos Cíveis e Políticos

1979 – Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Marcos Nacionais e Internacionais:

1984 – Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes

1988 – Constituição Federal do Brasil

1989 – Convenção sobre os Direitos da Criança

1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente

1993 - Declaração e Programa de Ação de Viena

1993 – Lei Orgânica da Assistência Social

1994 – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Marcos Nacionais e Internacionais:

1998 – Programa Nacional de Direitos Humanos I

2001 – Declaração de Durban - Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata

2002 – Programa Nacional de Direitos Humanos II

2003 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

2004 – Política Nacional de Assistência Social

2005 – Sistema Único de Assistência Social - SUAS

2004 e 2008 – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

2006 - Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Maria da Penha



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Direitos Humanos e a Assistência Social:

Assim como os direitos humanos, a assistência social, percorre também um longo e complexo caminho até a construção de uma lei nacional regulamentadora dos artigos constitucionais 203 e 204, referentes à assistência social e que conferisse à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), algum grau de concretude, para assegurar parte integrante dos direitos humanos.

O marco regulatório do setor, a Política Nacional de Assistência Social (2004) é finalmente aprovada, após 14 anos da Constituição Federal e 11 anos da elaboração da LOAS (1993).



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Política Nacional de Assistência Social:

Seu principal sentido é afirmar a assistência como uma política pública *universalista, não contributiva, democrática* na sua gestão, *impessoal e com claros critérios de acesso*, conseqüentemente de direito de todos e acessível a quem dela possa precisar.

Sob esse arcabouço jurídico-institucional devem ser articulados todos os planos e programas públicos do setor da assistência social, como forma de se construir um sistema nacional territorializado de assistência social, através da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Política Nacional de Assistência Social (cont):

Além de territorializar serviços centrados em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), divididos em atendimentos básicos, médios e de alta complexidade, o sistema pressupõe a produção permanente de indicadores sociais para monitoramento dos impactos dos programas, bem como interface com outras políticas.

A assistência passa a se propor a ser a política capaz de alçar seus usuários/as à condição de cidadãos/ãs, capazes de pleitear acesso a outras políticas, com vistas a garantir seus direitos de cidadania.



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Por fim, vale ressaltar que, quando da construção da assistência como política pública, de dever do Estado, formal e politicamente ela deixa de ter uma dimensão de “favor”, visando romper com os fortes ranços de clientelismo, do assistencialismo e do paternalismo, para adquirir uma dimensão ética, do direito constitutivo da cidadania e de dever do Estado brasileiro. A assistência social é uma política viabilizadora dos direitos humanos.



Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no Estado do Rio de Janeiro

Desafios na integração de assistência social e dos direitos humanos:

Construir as pontes necessárias para elaborar programas e intervenções que não se desenvolvam paralela ou concorrencialmente e permitam monitoramento ou aferição de seus impactos.

Constituir intervenções capazes de enfrentar as profundas contradições de como se manifesta hoje a chamada “questão social” no Brasil, objeto histórico da assistência cujas contradições expressam cotidianas violações no universo dos direitos.

Contribuir para a transformação das condições de desigualdades “naturalmente” trazidas pelo modelo histórico de desenvolvimento.